



**CONTRATO N.º ...../2022**

**PAD N.º 13.563/2021**

### **Minuta do Contrato**

**Anexo ....**

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º ...../2022, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD n.º 13.563/2021, e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede em ....., situada na Rua ....., e-mail: ....@....., telefone(s)....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., CPF n.º \*\*\*.....\*\*, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada para aquisição de solução de segurança da plataforma atual de virtualização de aplicações do fabricante VMware, composta por softwares e respectivos licenciamentos, serviços técnicos e treinamento.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais,

independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizado por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, RECEBIMENTO E GARANTIA DO SUPORTE**

**2.1** - O detalhamento da solução, objeto deste contrato, assim como seu recebimento e garantia, estão discriminados no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2 - Local de Entrega:** Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores - SIDS, localizada no TRE/PR, Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8614. E-mail [sids@tre-pr.jus.br](mailto:sids@tre-pr.jus.br)

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS- LGPD**

**3.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada e as exigências da Lei nº 13.709/2018 - LGPD estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**3.2** - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** - O presente contrato vigorará pelo período **de 36 (trinta e seis) meses**, a partir da data da assinatura, não prorrogável, podendo ser rescindido antecipadamente nos da Lei nº 8666/93.

**4.2** - Os prazos de entrega dos serviços estão discriminados no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** - A despesa com o presente instrumento correrá à conta do Programa de Trabalho 02122003320GP0041;

Elemento de despesa: .....

Nota de Empenho ....., de .../.../....;

Categoria econômica: custeio;

Códigos SIASG: 27456.

## **CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1** - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de **R\$ .....** (.....).

**6.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3** - Os pagamentos referentes à solução contratada serão efetuados por etapas, obedecendo as seguintes condições:

**6.3.1** - Pagamento I, no montante de 50% do valor global da contratação, após o recebimento definitivo das licenças e vouchers/créditos para os treinamentos.

**6.3.2** - Pagamento II, no montante de 25% do valor global da contratação, após a conclusão da Fase I (item 2.13 do Termo de Referência – Anexo I).

**6.3.3** - Pagamento III, no montante de 25% do valor global da contratação, após a conclusão da Fase II (item 2.14 do Termo de Referência – Anexo I).

**6.3.4** – Havendo comprovada inexecução contratual, sendo garantida a ampla defesa e contraditório, e tendo em vista o pagamento por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar a devolução do valor proporcional ao item remanescente, não executado durante de vigência do Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas.

#### **6.4 - Do documento fiscal:**

**6.4.1** - O documento fiscal deverá atender aos requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica – Nota Fiscal Eletrônica, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao fiscal do contrato do TRE/PR para o e-mail [sids@tre-pr.jus.br](mailto:sids@tre-pr.jus.br), em formato PDF, ou emitido na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, aos cuidados da Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores, no endereço do TRE-PR, rua João Parolin, nº 224, 1º andar, Prado Velho, Curitiba-PR.

**6.4.2** - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**6.4.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;
- c. CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Mês de referência do serviço
- f. Número do contrato e,
- g. Banco, agência e número da conta corrente, com dígito verificador (obrigatoriamente da própria contratada).

**6.5** - Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

**6.5.1** - Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

**6.5.2** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**6.5.3** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**6.5.4** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**6.5.5** - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

**6.5.6** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da

Nota fiscal pelo Gestor **ou** até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

**6.5.7** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**6.5.8** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**6.6 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I** =  $i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

**I** =  $(6/100)/365$

#### **6.7 - Da regularidade fiscal:**

**6.7.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**6.7.2** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**6.7.3** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**6.7.4** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

**a.** Mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF;

**b.** Por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

**c.** Por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**6.7.5** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

**6.7.6** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTAMENTO**

**7.1** - Os valores não serão reajustados uma vez que a entrega e o pagamento ocorrerão antes do período de 12(doze) meses.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

**8.1** - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no **Termo de Referência - Anexo I**, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

## **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93:

**a.** Advertência: para faltas leves, não puníveis com multa;

**b.** Das multas:

**b.1)** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento de outras obrigações previstas;

**b.2)** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento parcial;

**b.3)** Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total, bem como pela cessação da execução contratual.

**b.4)** MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.

**9.2** - A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar atendimentos, solucionar chamados, entregar o objeto, substituir os componentes defeituosos, entregar relatórios e prestar garantia, estará sujeita às seguintes sanções:

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto nos itens 4.1.4.1 do termo de referência, por ocorrência	50% (cinquenta por cento) do tempo de referência de atraso	Advertência
	Superior a 80% (oitenta por cento) do tempo de referência	Multa de 0,05% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 100% (cem por cento) do tempo de referência de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega das licenças, conforme item 3.1.1 do termo de referência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso

	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos serviços de implantação, conforme item 3.1.3 do termo de referência	05 (cinco) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 05 (cinco) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir os prazos previstos, conforme itens 2.3.1 e 2.5 do termo de referência	05 (cinco) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 05 (cinco) dias úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor da parcela não cumprida por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento total do contrato - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir entregas rejeitadas, defeituosas ou irregulares conforme previsto no item 3.2.4 do termo de referência, por ocorrência	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,1% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
Deixar de prestar as informações solicitadas pelos gestores do contrato, conforme previsto no item 4.1.6 do termo de referência.	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,03% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

**9.2.1** - As multas imputadas à CONTRATADA, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária;

**9.2.2** - O ressarcimento ao erário por ocasião da aplicação das multas referentes ao descumprimento dos prazos contratuais deverá ser executado mediante o preenchimento de Guia de Recolhimento da União – GRU;

**9.3 - Impedimento de licitar e contratar com a União:** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.4** - É garantido à contratada o direito de contestação das sanções aplicadas, bem como apresentar as justificativas que se fizerem necessárias. Entretanto, as multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas, pelo Contratante, nos casos de força maior, desde que devidamente comprovados por escrito e para os quais não tenha dado causa a contratada.

**9.5** - A Contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura que vier a fazer jus;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**10.2** - Poderá ser também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

---

<sup>1</sup> Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.

Curitiba, ...de ..... de 2022.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

***Scon: anexar Termo de Referência – Anexo I e Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo V***